

## CONVERSA CAPITAL

PAULO NÚNCIO ADVOGADO

# “OIRS já é muitíssimo progressivo”

Para Paulo Núncio, os atuais escalões de IRS já são muito progressivos e, por isso, novas revisões nesse sentido só podem significar um aumento para famílias com mais rendimentos. O englobamento fará o IRS subir para “muitos milhares”, admite.

SUSANA PAULA

susanapaula@negocios.pt

ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1

PEDRO CATARINO

Fotografia

**P**ara Paulo Núncio, rever os escalões de IRS para reforçar a progressividade do imposto, conforme propõe o atual Governo, pode levar a um agravamento fiscal para as famílias com mais rendimentos. O ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais do anterior Governo PSD/CDS-PP, considera que o IRS é muito progressivo, lembrando que já é uma minoria das famílias portuguesas que paga a maior parte do imposto. Ainda assim, prefere esperar pela proposta de Orçamento do Estado.

**Qual é a sua perspetiva para o que poderá vir a ser a atualização dos escalões do IRS, como pretende o Governo?**

Nós não sabemos. Confesso que me parece que esta medida deve ser analisada partindo do que é o IRS na atualidade. Neste momento, 10% das famílias com mais rendimentos já suportam 70% do

total do IRS cobrado. Isto significa que o IRS já tem um nível de progressividade muitíssimo alto. Já está concentrado num número relativamente reduzido de famílias um peso muito significativo da totalidade da receita. [Além disso], saiu há pouco tempo um estudo que demonstra que Portugal é o quarto país da OCDE com as taxas mais elevadas para os rendimentos mais elevados. Neste momento, a taxa marginal máxima ultrapassa os 50%. E, por isso, faz-me alguma confusão que haja propostas para agravar ainda mais esta progressividade.

**Na prática, no que é que se vai traduzir?**

Temos de esperar pela proposta de orçamento para perceber o que é que o Governo vai apresentar e em que moldes. [Mas] assumindo que, em princípio, o bolo do IRS cobrado se manterá o mesmo, é possível - ou haverá uma tendência para - que os 10% que hoje suportam 70% do IRS passem a suportar 75% ou 80%.

**Portanto um aumento para famílias com rendimentos mais elevados.**

A progressividade significa re-

duzir IRS para uns escalões, aumentando para outros, de forma a que o bolo do IRS se mantenha mas seja distribuído de forma diferente. E a questão é esta: pouca gente fala na atual situação do IRS. Portugal já compara mal com padrões europeus. E por isso não percebo muito bem a proposta do Governo. A minha perspetiva seria outra: manter o IRS como um imposto progressivo, aliás tem de ser porque a Constituição assim o obriga, mas permitir uma redução de todos os escalões para que haja um alívio fiscal geral para todas as famílias.

**É uma questão ideológica?**

As questões políticas muitas vezes têm fundamento e origem ideológica, só que isso, muitas vezes, pode não ser assim, sobretudo quando os países enfrentam crises muito complicadas em que as opções que estão ao dispor dos governantes são limitadas. Mas numa situação normal, de facto, as opções políticas decorrem de decisões ideológicas.

**Sendo as famílias de classe média-alta a sustentar essa progressividade, que impacto é que isso tem?**

De um ponto de vista fiscal é errado reforçar ainda mais uma progressividade que é já bastante elevada. Este nível de progressividade não estimula necessariamente a inovação, nem o empreendedorismo, nem o risco.

**Nem a poupança.**

E nem a poupança, evidentemente. Se temos taxa marginais máximas de IRS a ultrapassar os 50%, isso significa que, nos casos em que essas taxas são aplicadas, mais de metade do rendimento, ou pelo menos metade do rendi-

mento que é obtido pelo trabalho realizado, vai para o Estado.

**Também está previsto o aumento de deduções consoante o número de filhos. Isto faz sentido ou valia a pena voltar ao quociente familiar?**

O quociente familiar é uma boa medida e continuo a defendê-la. [Mas] atendendo às circunstâncias parece-me difícil [reintroduzi-la]. Eu sou sempre favorável a que sejam reforçadas as deduções para dependentes (filhos) porque acho que o sistema fiscal, e em especial o IRS, tem um papel a desempenhar na proteção e reforço da natalidade. E, por isso em coerência, digo que todas as medidas que o Governo aprove no sentido de reforçar as deduções fiscais por filho são bem-vindas. ■

## “Muitos milhares de famílias podem ver o IRS aumentar com o englobamento”

O ex-secretário de Estado avisa que “muitos milhares de famílias” podem ter um “acréscimo significativo” no IRS com o englobamento de rendimentos. Englobar as rendas é, ao mesmo tempo, uma “alteração substancial”, em menos de um ano, da política do Governo.

**Que impacto pode ter o englobamento de todos**

**os tipos de rendimento no IRS?**

Vamos esperar pela apresentação da proposta do Orçamento do Estado para 2020 e perceber quais são as medidas no detalhe que vão ser apresentadas. Agora há uma coisa que é certa: se o Governo avançar para o englobamento total dos rendimentos que hoje em dia estão sujeitos a taxas especiais, muitos milhares de fami-

**“Já está concentrado num número reduzido de famílias um peso muito significativo da receita.”**

**“É errado reforçar ainda mais uma progressividade que já é bastante elevada.”**





## PERFIL

### Um advogado que foi político quatro anos

“Sou advogado de profissão, fui político durante quatro anos”, afirma Paulo Nuncio. Mas esse período foi bastante intenso: foi no seu mandato como secretário de Estado dos Assuntos Fiscais que se deu o “enorme aumento de impostos”, sobretudo através do IRS (com a revisão dos escalões e a sobretaxa) e do IVA, com a subida na restauração e na eletricidade, entre outros. No último ano do mandato, Nuncio avançou com uma reforma do IRS que introduziu, entre outras matérias, um quociente familiar - medida que acabou por ser revertida pelo Governo socialista, que a considerou regressiva. Responsável pelo e-fatura, foi também no seu mandato que PSD e CDS acordaram com o PS a redução faseada do IRC (que ficou depois pelo caminho). Especialista em direito fiscal, deixou os cargos políticos no CDS depois de um escândalo relacionado com offshores, por ter impedido a publicação, ao contrário do previsto na lei, das estatísticas sobre a transferência de 10 mil milhões de euros para paraísos fiscais.

lias poderão vir a sofrer um acréscimo significativo de IRS. Isso é evidente.

#### Só as famílias que pagam uma taxa de IRS superior a 28%.

Exato. Mas no atual sistema português, há muitos milhares de famílias que pagam uma taxa superior a 28%. Por outro lado, há aqui outro ponto importante. Se olharmos para os sistemas fiscais da União Europeia, a esmagadora maioria deles tem um sistema semelhante ao nosso, em que convivem taxas progressivas sobre determinado tipo de rendimentos e taxas especiais sobre outro tipo de rendimentos. E, por isso, se Portugal avançar para o englobamento total dos rendimentos sujeitos a taxas especiais vai divergir da regra na União Europeia, penalizando ainda mais a competitividade do nosso sistema fiscal.

#### Uma das penalizações é ao nível das rendas.

Sobre essa matéria confesso que estou um pouco surpreso. Porque se avançar, de facto, o englobamento dos rendimentos prediais isso significa uma alteração substancial da política do Governo. Este ano - não foi há cinco anos -, o Governo aprovou uma legislação no sentido de reduzir as taxas especiais sobre as rendas nos contratos de longa duração. Então isso significa que, menos de um ano passado de uma alteração sobre as taxas especiais sobre as rendas, o Governo decide agora englobar essas rendas nas taxas progressivas? O Governo terá de se explicar, mas não me parece fazer muito sentido e não me parece ser propriamente um favor ao princípio da estabilidade legislativa.

A ideia é estimular o arren-

#### damento acessível e os contratos sem precariedade.

Certo, não estou a dizer que estou em desacordo. O meu ponto é como é possível aplicar uma medida que mantém as taxas especiais e até as reduz, para promover exatamente arrendamentos de longa duração, e no mesmo ano ser apresentada uma proposta de Orçamento que propõe o englobamento dos rendimentos prediais nas taxas progressivas.

#### Há alguma forma de compatibilizar as duas medidas?

Não sei. Parece-me contraditório. Mas vamos esperar para ver. Depois, acho que também é importante falarmos dos rendimentos de capitais. E a pergunta que faço é: faz sentido avançar agora para o englobamento dos rendimentos de capitais, designadamente os juros, quando o INE ain-

da há poucos dias alertou para o facto de a taxa de poupança estar em mínimos historicamente baixos? Também não consigo entender a lógica subjacente.

**Do seu ponto de vista, não há nenhum rendimento com taxa especial que deva ser**

#### englobado?

Hoje em dia estes rendimentos também podem ser englobados por opção dos contribuintes. Os impostos já estão tão elevados que aumentar ainda mais a carga fiscal sobre as famílias não me parece a decisão mais apropriada neste momento. ■

**“O englobamento de rendas é uma alteração substancial da política do Governo.”**

**“Faz sentido englobar os rendimentos de juros quando a poupança está em níveis tão baixos?”**

PAULO NÚNCIO ADVOGADO

# Situação económica atual “aconselha” novo pacto no IRC

**Paulo Nuncio lamenta que a redução do IRC não esteja nos planos do atual Governo. Pelo impacto que teria na economia portuguesa, o ex-governante defende que é tempo de pôr as disputas políticas de parte.**

SUSANA PAULA  
susanapaula@negocios.pt  
ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1  
PEDRO CATARINO  
Fotografia

Embora admita que não é a única solução para a competitividade das empresas, Paulo Nuncio insiste que a redução do IRC traria um impulso importante à economia. Por isso, o ex-secretário de Estado defende que é necessário largar as disputas políticas e voltar a uma redução do IRC, lamentando que o atual Governo não esteja disponível para o fazer.

## O que é para si capital em Portugal?

É Portugal crescer economicamente mais do que os seus concorrentes diretos, nomeadamente os países de leste europeu.

## O que é que falta para esse crescimento?

Estamos a crescer em termos decimais acima da média europeia, mas isso tem a ver com o facto de a Alemanha, França e Itália (países com um peso muito importante no crescimento global da União Europeia) estarem a crescer abaixo da média. E, por isso, era muito importante que Portugal apostasse numa política de competitividade fiscal. No tempo do meu Governo realizámos a reforma do IRC, que foi interrompida pelo [anterior] Governo. Acho que foi uma oportunidade perdida para Portugal. Eu até diria que é o contrário: as empresas portuguesas sofrem uma carga fiscal pesadíssima. A taxa máxima de IRC é de 31,5%, a segunda taxa mais elevada da União Europeia.

No último ranking de compe-



tividade do Banco Mundial, a carga fiscal não foi o principal problema apontado pelas empresas portuguesas como entrave ao investimento. A morosidade da justiça e o sistema financeiro foram as prioridades apontadas.

Eu não estou a dizer que a descida do IRC seja a única medida

importante para promover o crescimento económico, nem estou a dizer que é uma medida mágica que resolverá todos os problemas. O que eu digo é que a aposta na redução da taxa do IRC era um fator decisivo para que as empresas tivessem melhores condições para competir no mercado global, por isso, seria muito importante que

olhássemos para a competitividade fora das disputas político-ideológicas.

**Não está no programa de Governo descer o IRC. Não deverá haver margem para esse acordo político.**

Eu só tenho é de lamentar.

**Não descer o IRC é uma questão ideológica, é uma birra política?**

Começa por ser uma quebra de um compromisso e de um pacto de regime. E isso tem importância porque em política muitas vezes os políticos enchem a boca com palavras como “acordos” e “pactos” de regime para favorecer a confiança dos investidores. A reforma do IRC beneficiou de um consenso partidário e na concertação social muito alargado.

**“As empresas portuguesas sofrem uma carga fiscal pesadíssima.”**

**“Seria muito importante olhar para a competitividade fora das disputas políticas.”**

Mas o contexto económico é diferente.

Mais uma razão. Se na altura era preciso dar um estímulo às empresas para que investissem e exportassem mais e criassem mais emprego, eu acho que Portugal enfrenta uma situação neste momento que aconselha esse tipo de política.

**Então porque é que não é feito?**

Os equilíbrios parlamentares assim não o permitem. Eu penso que seria muito difícil ao Governo do PS continuar uma reforma do IRC que foi aprovada há duas legislaturas uma vez que depende do apoio dos partidos mais à esquerda que têm um preconceito ideológico contra as empresas. É muito difícil, nas atuais circunstâncias, de facto, haver uma redução. Mas não significa que Portugal não perde uma oportunidade para crescer utilizando este instrumento fiscal.

**No ano passado, Portugal registou uma carga fiscal recorde. Há margem para a baixar?**

Temos de olhar um pouco para trás. Foi necessário [durante o Governo de Passos Coelho] adotar medidas muito exigentes para que Portugal pudesse sair do programa de ajustamento e voltar aos mercados. Isso foi conseguido, mas houve um esforço fiscal muito significativo. Neste momento, Portugal devia pensar, de facto, numa redução da carga fiscal, fundamentalmente no IRS e no IRC. Mas sejamos sérios, para propor uma redução da carga fiscal tem de haver também a responsabilidade de propor uma redução da despesa pública. Porque Portugal, neste momento, em virtude das obrigações internacionais a que



## Respostas rápidas

### 1968

Foi o ano do meu nascimento.

### LISBOA

A minha cidade desde sempre. Uma cidade que adoro.

### TAUROMAQUIA

É uma arte que prezo muito e uma atividade que deve ser acarinhada e protegida em Portugal.

### ADVOCACIA

Sou advogado de profissão. Fui po-

lítico durante quatro anos e meio.

### EUTANÁSIA

É um atentado à vida humana.

### SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

É uma parte essencial dos serviços sociais prestados pelo Estado.

### MÁRIO CENTENO

Ministro das Finanças do atual Governo. Não tenho mais comentários.

está vinculado, está obrigado a défices próximos do zero, até excedentes orçamentais.

### Não necessariamente...

Mas próximos do zero seguramente. Não é possível, na minha perspetiva, de uma forma realista, séria e credível propor a redução de impostos sem simultaneamente propor reduções da despesa pública, porque não é possível, não é credível, não passa no crivo da credibilidade. E nós sabemos que é fácil propor redução de impostos, é difícil propor redução da despesa pública. Mas tem que haver essa coragem.

### E é mais difícil de executar. Como é que se faz isso?

Há várias formas. Posso dar-lhe um caso: entre 2011 a 2015, foram reduzidos cerca de 70 a 80 mil funcionários públicos porque se cumpriu a regra de duas aposentações, uma entrada.

### Mas também se diz que com isso a administração pública ficou depauperada de pessoas que fazem falta.

É o que se diz, mas na minha opinião muitas vezes não corresponde à realidade. É possível fazer mais e melhor com menos pessoas e gastando menos dinheiro. Isso acontece em todas as empresas privadas, todos os dias, quando é necessário reestruturar e não há razão para que não seja possível fazer isso no Estado.

### Está a defender uma reestruturação das carreiras na função pública?

Não necessariamente. Estou a dizer que o Estado tem uma dimensão excessiva e que, enquanto tiver essa dimensão, os portugueses continuarão a pagar impostos excessivos. ■

PAULO NÚNCIO ADVOGADO

# “Algumas propostas do CDS não foram credíveis”

Paulo Núnzio elogia a postura da ainda líder do CDS, mas considera que o partido não conseguiu passar a mensagem. Recusa falar de novos líderes e defende que o CDS não pode “andar ao sabor das circunstâncias”.



**SUSANA PAULA**  
susanapaula@negocios.pt  
**ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1**  
**PEDRO CATARINO**  
Fotografia

Apesar dos “maus” resultados eleitorais, Paulo Núnzio elogia a “dignidade” de Assunção Cristas no momento da saída. Diz que agora é tempo de o CDS concentrar-se no futuro e deixar de “andar ao sabor das circunstâncias” e entretido “com a espuma dos dias”.

**Quando saiu do governo deixou os cargos no partido. Revê-se no atual CDS-PP após as eleições legislativas?**  
Eu acho que os resultados foram foram maus. E a primeira obrigação que o partido tem é de analisar com detalhe os erros que foram cometidos de forma a puderem ser corrigidos, para que possa voltar a ser um partido rele-

vante na governação do país

## A líder do CDS-PP falhou?

Acho que a Dra. Assunção Cristas fez o seu melhor e depois de conhecidos os resultados saiu com muita dignidade. Agora, de facto, a mensagem do CDS não foi entendida pelo nosso eleitorado. O CDS não foi capaz de apresentar uma alternativa de centro-direita que servisse de mobilização para o eleitorado. Há que reconhecê-lo. E, por outro lado, parece-me que algumas propostas que o CDS apresentou foram apresentadas de uma forma pouco credível. Como já disse antes, o CDS propôs e bem uma redução de IRS e de IRC, mas uma proposta de redução de impostos tem de ter acompanhada por uma proposta de redução da despesa pública, se não não passa o crivo da credibilidade. Principalmente para um partido como o CDS, que participou num Governo que foi responsável por salvar o país da bancarrota e que tem no seu ADN o

conservadorismo fiscal e as contas certas.

## Então nesse aspeto a líder do CDS-PP falhou?

Acho que Dra. Assunção Cristas fez tudo aquilo que lhe era possível fazer para tentar inverter esta situação. Infelizmente não o conseguiu. Mas para além de falar do passado, é importante falar do futuro. O CDS tem de andar para a frente.

## E como?

O CDS tem de rapidamente procurar perceber quais foram os erros cometidos e procurar resolvê-los. Eu não acho que o CDS esteja em processo de extinção. O partido já passou por crises sérias no passado e soube sempre reerguer-se como um grande partido de centro-direita em Portugal. E acho que há condições para que isso volte a acontecer, desde que este período de reflexão seja bem utilizado. O CDS

sempre defendeu e penso que sempre defenderá a economia de mercado, a iniciativa privada, o direito de propriedade, a redução do Estado.

## E então?

O CDS tem de continuar a ser esse partido. Mas também o partido da democracia cristã, da defesa do direito à vida. É esse o desafio que o CDS tem. Mas o CDS tem de ter uma proposta política mais consistente e credível e não pode andar ao sabor das circunstâncias e um pouco entretido com a espuma dos dias.

## Quem é a pessoa qualificada para levar à frente esse projeto do CDS-PP?

Isso é o propósito das moções. Tempo haverá, depois, para discutir potenciais candidatos e potenciais líderes do CDS. Neste momento, o CDS deve centrar-se naquilo que quer ser para o futuro.

**Dos potenciais candidatos que se perfilam, há algum que vá ao encontro daquilo que acaba de dizer?**

Não quero antecipar a discussão dos nomes.

**Mas via-se nesse papel de liderar o CDS-PP?**

Não. Nunca equacionei essa hipótese e não a equaciono.

**Acredita que o PS, sem a geringonça, terá um Governo para os quatro anos?**

Não sei. É fazer futurologia e gosto pouco de pensar em cenários. Acho que os quatro anos passados demonstram que há uma diferença entre a mensagem política e a prática, há uma diferença entre o que os partidos que apoiam o PS no Parlamento dizem e depois aquilo que fazem, nomeadamente em termos de Orçamento do Estado. Tenho muitas dúvidas que essa prática se altere nos próximos quatro anos. ■

# negócios

negocios.pt

Segunda-feira, 11 de novembro de 2019 | Diário | Ano XVI | N.º 4117 | € 2,50  
Diretor André Veríssimo | Diretor adjunto Celso Filipe

## Espanha trava subida das exportações portuguesas

Desaceleração económica e instabilidade política levam à estagnação das vendas ao país vizinho.

Socialistas de Pedro Sánchez vencem as eleições e extrema-direita dispara. Impasse mantém-se.

ECONOMIA 12 a 13



CONVERSA CAPITAL PAULO NÚNCIO

“Muitos milhares de famílias podem ver o IRS aumentar com o englobamento”

CONVERSA CAPITAL 6 a 10

Pedro Catarino

Finerge compra dois novos parques eólicos e chega a 1 GW de capacidade

EMPRESAS 19

Quando a aquisição de iates é um barómetro da economia

ECONOMIA 14

Hubs tecnológicos do automóvel já empregam 800 colaboradores

EMPRESAS 18

investidor privado

A sustentabilidade dá lucro? Há fundos que o conseguem



Ações

CTT: uma subida maior do que a encomenda?

Títulos valorizaram 75% em menos de três meses.

MERCADOS 20 e 21

Banca

Caixa dá mais uma ajuda às contas de Centeno



Paulo Macedo admite entregar mais de 250 milhões em dividendos ao Estado.

EMPRESAS 16 e 17

Bolsa

IPO histórico arranca com “ameaça” das preocupações ambientais

HOME PAGE 2